

60 anos das “Siete tesis”: a trajetória crítica de Rodolfo Stavenhagen

Alessandro Peregalli

Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri
Diamantina - Minas Gerais - Brasil
alessandro.peregalli@ufjf.br

Resumo: Em 2025 se celebrará os 60 anos de “Siete tesis equivocadas sobre América Latina”, do antropólogo e sociólogo mexicano Rodolfo Stavenhagen. Na época, o artigo teve ampla repercussão sobre um conjunto de debates: da crítica ao dualismo da CEPAL aos questionamentos das políticas indigenistas. Nascido em Frankfurt em 1932 numa família judia, Stavenhagen chegou ao México com 8 anos de idade, fugindo das perseguições nazistas. Até a sua morte, em 2016, atuou como intelectual comprometido com a crítica e a transformação social, especialmente em prol dos direitos dos povos indígenas. Desde o seu mestrado na ENAH, nos anos 1950, Stavenhagen desenvolveu críticas ao paradigma indigenista de incorporação dos indígenas à nação mexicana, ao ponto de se tornar figura proeminente daquela nova geração de antropólogos radicais mexicanos que surgiria nas décadas seguintes. Seu conceito de “colonialismo interno”, formulado nos anos 1960 juntamente com seu colega Pablo González Casanova, se tornou uma imprescindível referência para a análise das relações interétnicas na América Latina. Nesse artigo, pretendo apresentar a evolução histórica do pensamento desse autor e suas contribuições principais ao âmbito da teoria social latino-americana.

Palavras chave: Indigenismo, dualismo, indígenas, colonialismo interno, direitos humanos.

Introdução

O ensaio de Rodolfo Stavenhagen “*Siete tesis equivocadas sobre América Latina*” foi publicado no *El Día*, periódico mexicano de ampla divulgação, em 25 e 26 de junho de 1965. Embora hoje largamente esquecido, sobretudo no meio intelectual brasileiro, apesar de muitas de suas análises terem sido elaboradas a partir de uma vivência do autor no Brasil em 1964, ano do golpe militar, o artigo recebeu na época ampla repercussão, tornando-se um texto seminal para a teoria social latino-americana. Entretanto, outras obras do autor raras vezes ultrapassaram as fronteiras mexicanas, a não ser por sua intensa participação, nas últimas décadas, em instituições internacionais como a ONU e a OIT, sempre em prol dos direitos e das reivindicações dos povos indígenas, causa que o acompanhou até a morte em 5 de novembro de 2016. Nesse artigo, analisarei a rica parábola de Stavenhagen, tentando conectar sua experiência biográfica e sua dimensão intelectual com os debates

fundamentais que o autor atravessou, com abordagem eclética e posicionamento que transita entre academia, movimentos sociais e instituições nacionais e internacionais.

Os aspectos biográficos de Stavenhagen são iniludíveis para se entender a sua trajetória intelectual. Em primeiro lugar, a experiência de perseguição e exílio da Alemanha nazista; em segundo, o precoce interesse do jovem Rodolfo pelos artefatos culturais do México pré-colombiano, devido a atividade de colecionador do pai; e finalmente, o ambiente cultural do México pós-revolucionário, no qual se estabeleceu sua família desde 1940. Rodolfo Stavenhagen (1932-2016) nasceu em Frankfurt, Alemanha, em uma família judia; seu pai Kurt (1899-1984) era um importante comerciante de prata. Desde 1936, os Stavenhagen fugiram para a Itália, Suíça e Holanda, mudando conforme esses países se aproximavam da influência ou a ameaça da Alemanha nazista. Em maio de 1940, no dia em que as tropas nazistas invadiram a Bélgica, a família Stavenhagen, composta pelo Rodolfo, seus pais, sua avó materna e sua irmã mais velha, partiram a bordo de um navio do porto de Antuérpia, já sob bombardeio dos aviões alemães. Após uma breve passagem em Nova Iorque, os Stavenhagen se estabeleceram no México em agosto do mesmo ano e o seu pai Kurt conseguiu investir seu capital para se tornar colecionador de arte pré-hispânica (Vargas, 2018, p. 81).

Inserida no estimulante ambiente cultural do nacionalismo revolucionário mexicano da época, a família Stavenhagen conviveu com um círculo que incluía os historiadores de arte Paul Westheim e Justino Fernández e os pintores Miguel Covarrubias, Juan O’Gorman, Fernando Gamboa, Frida Khalo e Diego Rivera, quem retratou Lore Rosalía Grünbaum, esposa de Kurt e mãe de Rodolfo (Blanco e Jackson, 2020, p. 12). A casa dos Stavenhagen tornou-se um espaço de encontro de exilados europeus, que discutiam e acompanhavam, de longe, os principais sucessos da segunda guerra mundial. Acontecimentos que despertaram no jovem Rodolfo um precoce sentimento antirracista, como também um vivo interesse pelos grandes processos históricos, geográficos e sociais do mundo. O próprio Stavenhagen relatou, em uma entrevista (Colegio de México, 2016), que foram as viagens que ele realizara com a família nos primeiros anos do exílio mexicano que o moveram para o estudo da antropologia, em particular uma viagem à Selva Lacandona, em Chiapas, quando tinha 17 anos, região onde o antropólogo dinamarquês Frans Blom estava realizando descobertas sobre a civilização maia.

Ingressado na Universidade de Chicago, Stavenhagen cursou disciplinas com o célebre antropólogo Robert Redfield, antes de conseguir, em 1951, o título de *Bachelor of Arts*. No ano seguinte, de regresso a México, começou um mestrado em Antropologia Social na Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH), uma instituição recém-criada por iniciativa de importantes intelectuais indigenistas e do governo de Lázaro Cárdenas. No período do mestrado, Rodolfo realizou um trabalho de campo na bacia do rio Papaloapan: foi essa a maneira como entrou em contato com as políticas públicas indigenistas, durante o pleno auge do projeto desenvolvimentista mexicano. As críticas ao indigenismo mexicano, que baseava seu paradigma na incorporação dos indígenas à nação mexicana e no desaparecimento de suas especificidades culturais, logo se tornaria o eixo de contribuições inovadoras de uma nova geração de antropólogos radicais mexicanos, da qual o próprio Stavenhagen foi uma figura proeminente.

Quicá foi por essas críticas precoces ao indigenismo oficial, que naquele tempo era parte integrante da ideologia do nacionalismo revolucionário mexicano, que Rodolfo decidiu abandonar a antropologia e se voltar-se para a sociologia política no doutorado, que cursou na Sorbonne, sob a orientação de Georges Balandier, cujos estudos eram orientados às relações interétnicas e de classes nas sociedades africanas. Naqueles anos, ele realizou uma pesquisa comparativa entre México e outras sociedades agrárias de África e América Central, com destaque na análise dos processos da urbanização e do êxodo rural, que acabaria sendo publicada no livro *Las clases sociales en las sociedades agrarias* (1969). Essa foi a fase de maior sucesso acadêmico da obra de Stavenhagen, com a publicação de importantes ensaios como “*Estratificación social y estructura de clase*” (1962), “*Clases, colonialismo y aculturación. Ensayo sobre un sistema de relaciones interétnicas en Mesoamérica*” (1963) e finalmente o clássico “*Siete tesis equivocadas sobre América Latina*”, publicado em 1965, o mesmo ano da conclusão do doutorado.

Fundamental para a publicação desse último texto foi o período de intercâmbio que Stavenhagen realizou no Rio de Janeiro em 1964, em um projeto do Centro de Estudos Sociais sobre América Latina, criado pela UNESCO. Esse foi o ano do golpe que instaurou a longa ditadura militar-empresarial no Brasil, que se tornou um marco na derrota do projeto nacional-desenvolvimentista que vinha sendo impulsionado no país há algumas décadas. As implicações desse acontecimento foram profundamente advertidas por Stavenhagen, que condensou em seu artigo do ano seguinte os postulados básicos da crítica

ao conceito de “sociedade dualista” e de “difusionismo” que eram parte, até então, da base conceitual da Comissão Econômica e Social para América Latina (CEPAL). Suas reflexões se situam ao começo da chamada Teoria da Dependência, campo para o qual Stavenhagen contribuiu também com aportes posteriores, como no volume *Sociología y Subdesarrollo*, de 1971. Todavia, a maioria dos esforços de Stavenhagen a partir de então, se centraram na crítica do paradigma indigenista e no desenvolvimento do eixo conceitual do “colonialismo interno”, ambos junto a uma geração de antropólogos e sociólogos críticos mexicanos como Guilherme Bonfil Batalla, Pablo González Casanova e Héctor Díaz-Polanco.

Os anos 1970 foram um período de atividade intelectual eclética de Rodolfo Stavenhagen. Junto a publicação de ensaios que aprofundavam a análise das estruturas sociais agrárias, apareceram textos de corte mais político e divulgação massiva, abordando um conjunto de temas, como o desemprego rural, a migração dos *braceros* aos Estados Unidos e a realidade dos *chicanos*, a mulher na vida econômica mexicana, lutas sindicais em vários setores, turismo e consumo de massas. Nesses anos, Stavenhagen atuou como professor do *Colegio de México*, universidade à qual se vinculou em 1965 e na qual fundou o *Centro de Estudios Sociológicos*; como membro do Comité Directivo do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), entre 1968 e 1976; como pesquisador do Instituto Internacional de Estudos Trabalhistas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em matéria social e políticas trabalhistas em Ásia, África e América Latina, entre 1969 e 1972; como presidente da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), entre 1975 e 1987; e como *Director General de Culturas Populares* pela *Secretaría de Educación Pública*, o ministério da educação mexicano, entre 1977 e 1979 (Valenzuela, 2016, p. 97).

A partir dos anos 1980, à atividade acadêmica e intelectual juntou-se uma atuação dentro de instituições internacionais, assumindo importantes tarefas diplomáticas em prol da defesa dos direitos humanos e dos direitos indígenas. Essa foi a atividade principal de Stavenhagen nos últimos 30 anos de vida. Nesse período, ele se esforçou para modificar, desde dentro, as mesmas instituições indigenistas nacionais e internacionais que vinha criticando nas décadas anteriores. De 1979 a 1982 foi Diretor Geral Adjunto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o ano seguinte fundou a *Academia Mexicana de Derechos Humanos* e em 1985 participou do Nono Congresso Indigenista Interamericano, realizado na cidade de Santa Fé, no Novo México. Em 1989, contribuiu para a formulação do Convênio 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais e

de 2001 a 2008 ocupou o cargo de Primeiro Relator Especial das Nações Unidas sobre direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas, contribuindo também com a formulação da Declaração da ONU de 2007 sobre Direitos e Povos Indígenas. As suas principais obras nesse período foram os livros *Derechos indígenas y derechos humanos en América Latina* (1988), *Conflictos étnicos y Estado Nacional* (2000), *La cuestión étnica* (2001), *Los Pueblos Originarios: El debate necesario* (2010), além de *Los pueblos indígenas y sus derechos* (2007), que reúne os relatórios que o próprio autor publicou como Relator Especial da ONU. Ao longo da sua vida, Stavenhagen foi docente convidado na *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), nas universidades de Harvard, Stanford, Paris, Genebra e na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro; em 1997 recebeu o *Premio Nacional de Ciencias y Artes*. Stavenhagen morreu em 5 de novembro de 2016, na cidade de Cuernavaca, com 84 anos.

Nas próximas seções, seguirei a trajetória intelectual de Stavenhagen, tentando abordar alguns debates nos quais esse autor esteve envolvido: primeiro, as críticas ao indigenismo oficial mexicano a partir da categoria do colonialismo interno, elaboradas durante seu doutorado até a publicação das “Sete teses”; segundo, os questionamentos pioneiros às teorias do desenvolvimento, que a partir desse mesmo texto ajudaram a abrir o caminho para a chamada Teoria da Dependência e que representaram o centro dos interesses políticos e intelectuais de Stavenhagen até a segunda metade da década de 1970; finalmente, de volta às relações interétnicas, as contribuições tardias de Stavenhagen em relação à chamada “emergência indígena na América Latina” (Bengoa, 2000) e sua atividade em prol dos direitos dos povos indígenas dentro dos organismos nacionais e internacionais.

A crítica da ideologia e práticas indigenistas

A formação acadêmica de Stavenhagen como antropólogo ocorreu durante a década de 1950, período de auge da chamada antropologia mexicana, surgida no contexto do indigenismo oficial e de suas principais instituições como o *Instituto Nacional Indigenista* (INI), o *Instituto Nacional de Antropología e Historia* (INAH) e a *Escuela Nacional de Antropología e Historia* (ENAH). Nessa última instituição Rodolfo cursou seu mestrado e se juntou a uma equipe de antropólogos para realizar estudos sobre as populações indígenas atingidas pela construção da barragem Miguel Alemán no rio Papaloapan, cuja principal

função era acompanhar esses povos no processo de desapropriação. Esse tipo de experiência não tardaria a gerar críticas no jovem Stavenhagen, questionamentos que se fortaleceriam nas décadas seguintes, o período de crise desse paradigma. Mas o que era exatamente o indigenismo oficial mexicano na virada dos anos 1960?

De acordo com Stephen Lewis (2018, p. 3), o indigenismo – especialmente o indigenismo oficial e pelo menos na sua vertente “oficial” – foi um movimento político e cultural complexo e em boa medida contraditório, que por um lado celebrava uma noção abstrata de povos e culturas indígenas do passado, mas por outro chamava à assimilação do índio do presente, na sociedade nacional e moderna. Se trata de um movimento protagonizado sobretudo por não indígenas, visto que, como o próprio Stavenhagen argumentaria (1988, p. 23), “pensar os indígenas” tem sido, ao longo da história da América Latina, principalmente uma “tarefa de crioulos”. Em sentido amplo, a palavra “indigenismo” tem sido usada em tempos e contextos diferentes e com significados diversos e suas origens genealógicas podem remontar, em alguma medida, à Controvérsia de Valladolid de 1550-1, na qual o frei dominicano Bartolomé de las Casas e o teólogo Francisco de Vitoria opuseram-se ao Juan Gines de Sepúlveda ao reivindicar a natureza humana dos nativos americanos. Naquela ocasião, prevaleceu a posição de Vitória, reconhecendo a humanidade dos índios, mas como populações imperfeitas, especialmente por terem sido afastadas da mensagem de redenção cristã. Essa seria a justificativa para a manutenção de uma dominação colonial com caráter protetor. Esses debates favoreceram o fim do sistema da *encomienda* e a criação das chamadas “república de índios” durante o chamado “século barroco” (Echeverría, 1998), um modelo de “convivência” que foi abandonado primeiro pelas reformas borbônicas de final do século XVIII e depois pelas próprias revoluções de independência. No século XIX, com a emergência do positivismo, fortaleceu-se um processo de negação dos indígenas como *raza degenerada* e como obstáculo para o progresso e a modernização capitalista.

As tendências indigenistas retomaram nova linfa no início do século XX, a partir de acontecimentos como a Revolução Mexicana, novos levantes indígenas no Peru e uma geral recuperação da figura do indígena por correntes políticas ou culturais de vários países (como no caso dos intelectuais peruanos Manuel González Prada, Víctor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui e também do movimento brasileiro da antropofagia). A revolução mexicana, em particular, teve em suas premissas, desenvolvimentos, resultados e legado a questão agrária, cujo ícone foi Emiliano Zapata. Nesse contexto, mesmo no âmbito da elite

intelectual da nação, começaram a surgir novas vozes: em 1910 nasceu na Cidade do México a *Sociedad Indigenista Mexicana* (SIM); em 1913 foi publicado o célebre panfleto *Piedad para el indio*, escrito pelo escritor maderista Pedro Lamicq com o pseudônimo de Crater; em 1916 Manuel Gamio publicou seu célebre *Forjando patria* e propôs a criação de um Departamento de Antropologia, vendo nessa disciplina um saber capaz de garantir um bom governo da população. Este tipo de abordagem indicava aquilo que se tornaria o núcleo da ideologia indigenista oficial mexicana: para usar a terminologia de Bonfil (1987), a ideia de incorporar o “México profundo”, através da ação social, ao “México imaginário”.

O indigenismo como movimento político do século XX foi caracterizado pela relação entre a questão indígena e a questão nacional, o que levou à elaboração e implementação de políticas específicas para a população indígena nos países latino-americanos, num contexto no qual a integração nacional entre culturas e identidades diferentes era o grande problema a ser resolvido (Giraud, 2012, p. 32). Após a Revolução Mexicana, o indigenismo estatal, abandonando a perspectiva mais racista que via na miscigenação uma possível degeneração das raças brancas superiores e europeias, acentuou a ideia de mestiçagem como elemento de progresso da nação. O arquiteto desta operação ideológica foi o Secretário da Educação Pública, José Vasconcelos, quem no seu *La raza cósmica* (1925) se inspirou na obra de Spengler (1922), *A decadência do ocidente*, reivindicando a miscigenação em oposição cultural aos paradigmas ocidentais como um novo tipo racial intrinsecamente superior. Nesse contexto, foi promovida uma imagem do México popular que recuperaria aspectos culturais do mundo indígena dentro de uma estrutura de modernização, progresso e justiça social. Um conjunto de antropólogos, educadores, ativistas e artistas (como os pintores muralistas) jogaram nessa fase um papel fundamental.

O indigenismo oficial mexicano amadureceu com a criação de instituições acadêmicas como a *Dirección de estudios arqueológicos y etnográficos* em 1917 e a revista *Ethnos*, fundada pela Gamio em 1920 e, na década de 1930, a *Escuela Nacional de Antropología e Historia* (ENAH) e o *Instituto Nacional de Antropología e Historia* (INAH). Durante a presidência de Lázaro Cárdenas (1934-40), este promoveu uma ampla reforma agrária, que enquanto garantia direitos sociais à população indígena tornava as comunidades uma espécie de célula básica do sistema político nacional, vinculado ao Partido da Revolução Mexicana (que nos anos 1940 mudaria seu nome para Partido Revolucionário Institucional - PRI). Em 1940 foi realizado o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano em Pátzcuaro, o ato de

nascimento do indigenismo interamericano. A declaração final do congresso continha recomendações relativas a uma reivindicação do valor das culturas indígenas, mas também uma consideração dos povos indígenas como intrinsecamente fracos do ponto de vista econômico e social e, portanto, necessitados de proteção por parte do Estado. Os países participantes se comprometeram a criar suas próprias instituições indigenistas, com o objetivo de estudar e promover as condições de vida dos indígenas. Com base nesses acordos, em 1942 foi criado o Instituto Indigenista Interamericano (III), com sede na Cidade do México, e em 1948 o próprio Instituto Nacional Indigenista (INI) mexicano.

O primeiro diretor do INI foi o reconhecido arqueólogo Alfonso Caso. Na sua perspectiva, o instituto devia prover a integração do índio na estrutura nacional, sobretudo através da educação dos indígenas por meio da língua espanhola. As políticas indigenistas do INI tinham que contribuir para o verdadeiro eixo da modernização mexicana, que era a industrialização, promovendo o acesso ao consumo nas comunidades indígenas e garantindo nestas a produção de um excedente de bens alimentares abundantes e baratos. Outra tarefa era a recolocação dos indígenas atingidos pela construção de grandes projetos hidroelétricos. Foi a esse instituto e a essas funções que o próprio Stavenhagen se incorporou durante seus estudos de mestrado nos anos 1950, trabalhando numa pesquisa de grupo sobre os povos indígenas, que seriam atingidos pela construção da barragem Miguel Alemán, no estado de Oaxaca. A função principal destes antropólogos sociais era se aproximar aos indígenas, convencê-los de que o projeto era em benefício deles e acompanhá-los no despejo e na recolocação. Rapidamente Stavenhagen começou a amadurecer uma crítica às tarefas que tinha que realizar. Em escritos posteriores (Stavenhagen, 1971), ele detalharia sua postura em relação à antropologia mexicana, acusando-a de ser incapaz de sair da análise da especificidade cultural dos grupos étnicos subalternos para entender o marco das relações sociais que conectam esses grupos à sociedade nacional e a global, o que implicaria dar conta dos fenômenos mais amplos do imperialismo, do neocolonialismo e da sociedade burguesa. Essa distância com a corrente dominante do indigenismo o levaria a dirigir suas pesquisas posteriores para as classes e os grupos subalternos no contexto mais amplo das sociedades subdesenvolvidas e a articulação entre relações interétnicas e relações de classes. Por isso, no doutorado, decidiu deslocar seu principal foco de estudo da questão estritamente etnográfica para a análise sociológica elaborando, nos anos seguintes, o conceito de “colonialismo interno”.

Para Stavenhagen o indigenismo representava o instrumento teórico e prático orientado à destruição dos povos indígenas. Em anos em que o indigenismo se encontrava ainda em seu auge, o autor se destacou como grande pensador da diversidade. O eixo articulador da sua crítica era representado pelo colonialismo interno, entendido como “uma relação orgânica, estrutural entre um polo de crescimento ou metrópole em desenvolvimento e sua colônia interna atrasada, subdesenvolvida e em crescente subdesenvolvimento” (Stavenhagen 1965). A paternidade do termo é ainda hoje objeto de curiosidade, pois não há uma origem clara. Normalmente, o conceito é atribuído ao celebre sociólogo mexicano Pablo González Casanova, professor de Stavenhagen na UNAM no final dos anos 1950 e grande amigo deste. Porém, o próprio González Casanova revelou, em um diálogo público com Stavenhagen em 2015, que o primeiro formulador do termo foi Charles Wright Mills, sociólogo norte-americano quem, em uma conferência realizada no Rio de Janeiro em 1960, havia postulado que “as seções desenvolvidas dentro do mundo subdesenvolvido” representariam “uma curiosa forma de poder imperialista, possuindo algo assim como colônias internas”. Na mesma ocasião, González Casanova revelou também que seu primeiro texto onde aparecia um uso elaborado do conceito foi publicado em 1963 na revista *América Latina* do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), da qual o próprio Stavenhagen era diretor; para isso, e como forma de homenagear seu mestre, Stavenhagen havia decidido postergar outro artigo dele que trabalhava, paralelamente, a mesma fórmula. O artigo de Stavenhagen foi publicado no número seguinte da revista com o título “*Clases, colonialismo y aculturación. Ensayo sobre un sistema de relaciones interétnicas*” (1963).

Nesse ensaio, o autor assinalava que “as relações coloniais e as relações de classe” constituíram, desde a época colonial, “a base das relações interétnicas” e que “o caráter classista e o caráter colonial das relações interétnicas são dois aspetos intimamente conectados de um mesmo fenômeno”. As relações coloniais se baseavam na discriminação étnica, dependência política, inferiorização social, segregação residencial, sujeição econômica e incapacidade jurídica. Já as relações de classe se definiam em termos de trabalho e propriedade. Embora entrelaçadas, essas relações de dominação se mantiveram separadas, pois os indígenas conseguiram garantir um espaço relativamente autônomo no mundo colonial, se retirando nas suas terras comuns. Ao final do século XIX, porém, a expansão da economia capitalista transformaria novamente as relações entre *ladinos* (crioulos e mestiços)

e indígenas. Stavenhagen considera esta etapa como uma segunda forma de colonialismo, isto é, um colonialismo interno, em que os indígenas sofreram uma nova colonização, baseada na perda de terra, na obrigação de trabalhar, no âmbito de uma economia monetária, sendo submetidos a novas formas de domínio político, mas desta vez não por imposição de uma potência estrangeira, mas pela própria iniciativa dos novos estados “nacionais”. Na situação de colonialismo interno, as relações de classe se tornam mais complexas: “a classe dominante regional, representada pelos *ladinos*, não é necessariamente a classe dominante na sociedade nacional”. Utilizando o exemplo do México, o autor destaca que, desde a Revolução, o poder nacional está nas mãos de uma burguesia burocrática progressista, que conseguiu substituir a velha classe latifundiária, enquanto nas regiões mais subdesenvolvidas essa última ainda resiste na nova forma de burguesia rural de comerciantes, neo-latifundiários, funcionários públicos e *caciques*. Nesse contexto, sob a orientação da ideologia e da ação indigenista e das práticas de “aculturação”, por meio da proibição do uso da língua indígena e da medicina tradicional, da transformação da maneira de se vestir e da inclusão no mercado de trabalho, as relações coloniais vem se reconfigurando cada vez mais como relações de classe. Todavia, “o caráter colonial das relações interétnicas imprime nas relações de classe características particulares”. Diante da manutenção do colonialismo interno, o que ocorre com os indígenas não seria um processo de proletarianização clássico, mas de “lumpenproletarianização rural”.

A pioneira crítica de Stavenhagen encontrou novos adeptos na virada da década de 1970, quando alguns eventos de grande impacto fizeram vacilar as poderosas estruturas do indigenismo oficial, tanto no México como em outros países latino-americanos. De fato, as instituições e políticas indigenistas começaram a ser criticadas e desafiadas internamente por alguns antropólogos como o guatemalteco Joaquín Noval e o brasileiro Darcy Ribeiro. Durante o IV congresso do Instituto Indigenista Interamericano em 1959 na Cidade da Guatemala eles tentaram, em vão, propor um maior pluralismo cultural para as políticas indigenistas, criticando o paradigma da mestiçagem (*ladinización*), visto como ocidentalização e extinção dos indígenas (Noval, 1958). Em lugar do paradigma indigenista da “aculturação”, Ribeiro (1970) propôs o conceito de “transfiguração étnica”. Desde o final dos anos 1960, essa crítica se deslocou para fora das instituições indigenistas.

No México, a crítica ao indigenismo emergiu no caldo da frustração mais geral com a ordem pós-revolucionária, que eclodiu com o massacre de estudantes em praça Tlatelolco,

em 2 de outubro de 1968. Como argumenta Lewis (2018, p. 227), a crise de 1968 foi para o México uma crise política, moral e psicológica: desde então, o país perdeu confiança em si mesmo, parou de celebrar seus sucessos (o chamado “milagre mexicano”) e começou a focar nos seus limites e fracassos. A identificação tão comum do indigenismo e da antropologia mexicana com a ideologia do nacionalismo revolucionário se voltou contra eles mesmos. Em 1970, cinco destacados antropólogos (Arturo Warman, Margarita Nolasco, Mercedes Olivera, Enrique Valencia e o próprio Bonfil Batalla) realizaram um *j'accuse* às políticas indigenistas, sugerindo no livro *De eso que llaman antropología mexicana* a tese de que o objetivo do indigenismo era o desaparecimento do índio e que a antropologia mexicana e o própria INI estivessem a serviço do “colonialismo interno”. Nem mesmo a eleição de Luís Echeverría (1970-6), quem começou um processo de abertura democrática e garantiu maiores investimentos para as políticas sociais, entre as quais as atividades do INI, conseguiu reverter a crise de legitimidade do indigenismo mexicano. No marco dessa sua política de reforma, o lançamento por parte do governador chiapaneco Manuel Velasco Suárez do primeiro Congresso Indígena em San Cristobal de las Casas de 1974 se transformou num *boomerang*. A organização do evento foi encarregada ao bispo de San Cristobal Samuel Ruiz, quem, contrariamente às práticas paternalistas do indigenismo oficial, decidiu dar espaço para que fossem os próprios povos indígenas a pôr sua própria agenda, falando em suas línguas originárias, colocando suas demandas e suas possíveis soluções comuns. Participaram do encontro 1230 delegados tzeltales, tzotziles, tokolabales e choles, que denunciaram a insuficiência da reforma agrária em Chiapas, a corrupção da burocracia estatal, o monopólio comercial da população *ladina* e reivindicaram medicina e educação bilíngue. Foi ali que se formou a primeira geração que deu vida, nove anos depois, ao Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN).

Na década de 1970, a crítica ao indigenismo oficial se espalhou pelo continente e entrou inclusive nas Nações Unidas. Em 1971 e 1977, antropólogos críticos e lideranças indígenas se encontraram nas ilhas de Barbados, onde emitiram duas declarações que denunciaram a natureza neocolonialista e classista das políticas indigenistas, acusando estudiosos das culturas indígenas, bem como missionários religiosos, de serem responsáveis pelo desaparecimento de grupos étnicos inteiros. Alegavam também o direito dos povos indígenas de serem protagonistas de seu próprio destino e lutarem por suas próprias alternativas de libertação (Giraud, 2012, p. 45). Em 1977 foi realizada em Genebra a

Conferência das Organizações Não-Governamentais (ONGs) sobre Discriminação contra os Povos Indígenas das Américas. Estas visões críticas foram promovidas por movimentos indígenas que surgiram em todo o continente a partir de uma estratégia baseada na identidade, mas também na recuperação dos próprios territórios ancestrais. Foi nesse período entre os anos 1970 e 1980 que, de fato, surgiram as principais organizações indígenas presentes até hoje, como *Consejo Regional Indígena del Cauca* (CRIC) na Colômbia, o movimento indianista-katarista na Bolívia e a *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE). O impulso dessas correntes atingiu inclusive a ONU e a OIT, e foi desde esses lugares que Stavenhagen concentrou sua atuação de em prol dos povos indígenas nas últimas décadas da sua vida.

As “Sete teses” e a crítica ao desenvolvimentismo cepalino

A partir da metade dos anos 1960, com a publicação do ensaio sobre as Sete Teses, a conceitualização do colonialismo interno serviu a Stavenhagen para elaborar uma crítica não apenas do paradigma indigenista dominante nas relações interétnicas dos Estados desenvolvimentistas latino-americanos, mas do próprio modelo do desenvolvimento ao qual esses Estados, dirigidos em sua maioria por governos nacional-populistas, estavam atrelados. Isso implicou encarar de frente os fundamentos conceituais da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Essa agência regional latino-americana das recém-nascidas Nações Unidas representou o surgimento da primeira escola de pensamento econômico autenticamente latino-americana, isto é, que produziu reflexões sobre o desenvolvimento econômico que partiam da análise das características regionais e não eram importadas do centro gravitacional do capitalismo mundial. No período anterior, os economistas que assessoravam os governos destes países eram principalmente estrangeiros e aplicavam receitas elaboradas pelo pensamento econômico dominante na Europa: a economia clássica liberal, o princípio do *laissez-faire* e a ideia ricardiana das “vantagens comparativas”, que impusera uma rígida divisão internacional do trabalho entre países produtores de mercadorias industriais e outros de matérias-primas ou produtos alimentares, considerada por esses economistas como a estrutura produtiva mais eficiente possível para o desenvolvimento das nações e do mercado mundial.

Este paradigma teórico entrou em crise nos anos 1930-40 e foi finalmente desafiado em termos teóricos pelos economistas da CEPAL após o segundo conflito mundial. As guerras mundiais, mas sobretudo a crise econômica global de 1929, determinaram uma forte queda na exportação dos produtos manufaturados dos países do centro, obrigando os países da periferia capitalista a procurar desenvolver uma indústria local que pudesse prover à realização daqueles mesmos produtos. Para isso, criaram-se, desde a década de 1930, novas alianças políticas, que possibilitaram a emergência de líderes carismáticos definidos como “populistas”, que tomaram a iniciativa política para impulsionar a industrialização a partir do Estado. Eis os casos, diferentes entre si, da chamada “revolução de 30” de Getúlio Vargas no Brasil, dos governos de David Toro e Germán Busch na Bolívia e de Cárdenas no México. Após a segunda guerra mundial, os projetos de desenvolvimento na periferia capitalista ganharam folego na Ásia e na África, com os processos de independência desses países, enquanto novas experiências latino-americanas como o peronismo na Argentina ou a Primavera Guatemalteca iam na mesma direção. Começaram a formar-se articulações institucionais de tipo regional que chegaram, com a Conferência de Bandung de 1954, a assentar as bases para o movimento dos países não alinhados. É nesse contexto, a partir da CEPAL, que surgiram as primeiras leituras originais sobre o problema do subdesenvolvimento e a relação centro-periferia. O seu primeiro Secretário Executivo, o economista argentino Raúl Prebisch (1998), posicionou abertamente a instituição contra o princípio ricardiano da divisão internacional do trabalho, demonstrando como o intercâmbio internacional não gera uma distribuição justa do excedente entre os países, mas uma concentração do ingresso a favor dos países do centro e uma deterioração estrutural nos termos de intercâmbio para a periferia.

O economista brasileiro Celso Furtado (1961) desenvolveu mais profundamente essa ideia, ao afirmar que o subdesenvolvimento era um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual todas as economias passam necessariamente para alcançar um grau superior de desenvolvimento. Furtado considerava que a expansão das relações capitalistas de produção tinha operado historicamente em três direções: internamente ao núcleo industrial originário, na Europa, através da desorganização da economia artesanal anterior e da progressiva absorção de seus fatores liberados; pelo avanço de suas fronteiras sobre terras desocupadas, ricas em recursos e com características similares as da própria Europa (América do Norte e Austrália); finalmente, com a expansão em direção de regiões já

densamente ocupadas e onde regiam seculares sistemas econômicos pré-capitalistas, como nos países periféricos. No último caso, o resultado da chegada de empresas que operavam na exportação de matérias primas para o centro, criava uma economia dual, onde um sector capitalista minoritário operava num contexto dominado pela economia de subsistência, criando uma situação de subdesenvolvimento. Nestes países, a tendência à expansão das relações capitalistas de produção e do progresso técnico era freada pelo estreito vínculo dos enclaves capitalistas com os países do centro, que derivava em um desvio do excedente para estes países. Furtado reconhecia que em países como Brasil a massa de salários ligados à economia mundial chegou a ser suficiente para modificar os hábitos de consumo de uma parte importante da população, o que criara as bases para a implantação de um sistema de indústrias levianas. Estas estruturas periféricas mais complexas só poderiam transitar ao desenvolvimento através de uma política de industrialização por substituição de importações (ISI) e por meio de uma difusão das relações capitalistas de produção para o conjunto do território nacional. Para os economistas da CEPAL, o modelo ISI tinha que ser acompanhado pela modernização da agricultura e políticas com finalidade de ampliação do mercado interno. Entre as receitas por eles propostas, havia um lugar proeminente para o planejamento estatal como meio para alcançar o desenvolvimento, e para este fim foi criado o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social, que na década de 1950 prestou apoio técnico a numerosos governos da região (Guillen, 2007, p. 298).

Muitos desses pressupostos começaram a ser questionados nos anos 1960 por um conjunto de autores que iriam compor a chamada Teoria da Dependência e nesse sentido tem importância o pioneiro ensaio de Stavenhagen sobre as sete teses equivocadas sobre América Latina. Essas ideias críticas tomaram corpo, em primeiro lugar, a partir da análise da realidade política e social que atravessou a região latino-americana entre as décadas de 1950 e 1960. Como pano de fundo, a reorganização do bloco capitalista ocidental implicou uma pressão cada vez maior sobre os governos nacional-populistas latino-americanos para abrirem seus países aos investimentos exteriores e integrarem sua economia à nova pujante economia global. Daí os conflitos que surgiram para deter a Primavera Guatemalteca, com o golpe de 1954 diretamente apoiado pelo Pentágono, as pressões sobre o governo brasileiro de Vargas que o levariam ao suicídio no mesmo ano e o golpe militar argentino contra Juan Domingo Perón em 1955. Entretanto, dois episódios particularmente emblemáticos desse câmbio de época foram a Revolução Cubana de 1959 e o golpe militar brasileiro, contra João

Goulart em 1964. A primeira contradiz a análise dos partidos comunistas de que fosse necessária uma aliança com as burguesias nacionalistas e democráticas em oposição à oligarquia agroexportadora, ao capital estrangeiro monopolista e ao imperialismo norte-americano; já o golpe brasileiro demonstrou de maneira brutal a indisponibilidade da burguesia nacional a uma aliança com os setores populares contra essa mesma oligarquia, mas pelo contrário a imbricação dos diferentes setores dominantes em um projeto comum.

O artigo de Stavenhagen sobre as sete teses foi em primeiro lugar uma evidência desse novo cenário. O objetivo do autor foi identificar algumas questões de fundo que atravessavam o subcontinente latino-americano na época, em termos de desenvolvimento econômico e social, lutas entre as classes sociais, relações interétnicas. Embora retomando vários exemplos do Brasil, país no qual havia realizado um período de pesquisa no ano anterior, Stavenhagen adotou um olhar generalista sobre os processos continentais, em alguns aspectos particularmente influenciado pela perspectiva o contexto específico do México naquela época. Partindo de um enfoque analítico marxista, o autor considerava que os sistemas de estratificação social eram reflexo das relações de classes existentes numa estrutura econômica determinada, cuja função era assegurar a estabilidade necessária a dita estrutura social, ameaçada pelos conflitos de classes (Zapata, 2012, p. 174). Como já argumentara no seu artigo de 1962 sobre “estratificação social e estrutura de classes”, para Stavenhagen as classes sociais não eram a expressão do “tipo de produção material” dominante, mas das “relações de produção” dominantes na sociedade. Nesse sentido, a primeira tese que o autor considerou equivocada era aquela que afirmava o caráter dual das sociedades latino-americanas, isto é, a existência de duas sociedades diferentes: uma arcaica, tradicional, agrária, estancada ou retrógrada, e outra moderna, urbanizada, industrializada, dinâmica, progressista e em desenvolvimento (Stavenhagen, 1965, pp. 159-162). Para o autor, que antecipou com isso teses que surgiriam com maior força no contexto brasileiro a partir da obra seminal de Francisco de Oliveira (1972), embora fosse verdade que nos países latino-americanos existe historicamente uma grande diferença social entre áreas urbanas e rurais, desenvolvidas e atrasadas, branco-mestiças e indígenas, esses dois polos são o resultado de um “único processo histórico” e representam o funcionamento de “uma única sociedade global”.

A ideia da sociedade dualista implicava, para Stavenhagen, um nível mais sofisticado e mais errôneo de dualismo: aquele entre feudalismo e capitalismo. Segundo ele, a própria

conquista da América Latina teve desde seu começo características comerciais, estabelecendo a coexistência entre um sistema mercantilista em expansão, baseado na exportação de produtos minerários e agrícolas e em uma força de trabalho barata e superexplorada. A escravidão, a *encomienda* e as chamadas relações “feudais” de produção eram na realidade funcionais à redução do custo da força de trabalho dos centros dinâmicos vinculados com o comércio mundial:

o ‘feudalismo’ nas zonas indígenas de América não era característico de uma economia fechada de autossustentação (como o feudalismo clássico europeu), mas bem atendia, por sua vez, as necessidades da 1) mineração exportadora, e 2) agricultura que abastecia os centros mineradores ou os mercados europeus (Stavenhagen, 1965, p. 161).

Pegando o exemplo do Brasil, com suas variações cíclicas da economia primitiva de extração e exportação de madeira, de ouro de Minas Gerais, café do Sudeste¹ e açúcar do Nordeste, o autor indicava como cada um desses ciclos, após trazer uma época de auge e prosperidade para sua região, terminava deixando uma economia estancada, subdesenvolvida, atrasada e arcaica. Por isso argumentava que “o subdesenvolvimento seguiu, e não precedeu ao desenvolvimento” (Stavenhagen, 1965, p. 161). Ou, alternativamente, muitas vezes na América Latina o desenvolvimento de uma região implicava o subdesenvolvimento de outra. Nesse sentido, a ideia de “colonialismo interno” era mais útil que aquela de sociedade dual. Esta planteava uma “relação orgânica” estrutural entre as classes dominantes tanto do centro como da periferia, de modo que os conflitos centro-periferia não derivavam de uma oposição entre ambos polos considerados como conjuntos homogêneos, mas eram o resultado das lutas entre classes dominantes e dominadas em ambas zonas (Zapata, 2012, p. 176).

Stavenhagen (1971, pp. 5-6) considerava o subdesenvolvimento como “o resultado de um determinado processo histórico”, isto é, como “a continuação histórica da situação colonial”. Sua perspectiva historiográfica negava o conceito de “feudalismo” para caracterizar a formação social da região latino-americana no período da Colônia e implicava a recuperação de uma discussão que existia no marxismo desde o debate Dobb-Sweezy (AA.VV., 1977) da década de 1940, que opusera os “produtivistas”, que consideravam que só

¹ Embora o café faça parte dos ciclos históricos de acumulação da economia de exportação brasileira, cabe aqui uma ressalva: como é bem sabido, o café na região de São Paulo definitivamente não deixou uma economia estancada e arcaica, mas inclusive serviu de base – através do reinvestimento produtivo de parte dos lucros – do momento incipiente da industrialização do país.

com a generalização das relações salariais de produção é possível falar de capitalismo, aos “circulacionistas”, que argumentavam que o capitalismo tivesse em última instância uma origem endógena, de tipo comercial. Essa última posição, abraçada nos anos 1940 por Caio Prado Júnior ([1942]2011) e Sergio Bagú ([1949]1992), foi compartilhada por Stavenhagen, que postulando o caráter capitalista da região desde a conquista considerava que o dualismo era superado pela plena inserção da economia latino-americana no capitalismo mundial. O tema foi retomado em 1966 pelo artigo de André Gunder Frank, “*Capitalismo y subdesarrollo em América Latina*”, que postulava que o subdesenvolvimento era “desenvolvido” pela relação comercial entre centro e periferia.

Vinculada à primeira, a segunda tese a ser criticada era aquela que postulava o “difusionismo”, ideia compartilhada tanto pela teoria da modernização como pela própria CEPAL. Segundo Stavenhagen, contrariamente ao que argumentava dita teoria, ao invés de uma difusão progressiva dos benefícios – materiais e imateriais – da civilização na periferia, o que havia era uma destruição dos modos de vida das populações nativas, sua proletarização e êxodo rural e a extensão ao meio rural de monopólios e toda classe de comerciantes, intermediários, usureiros e gananciosos. Segundo nosso autor, de fato, “o progresso das áreas modernas urbanas e industriais da América Latina se faz às custas das áreas atrasadas, arcaicas e tradicionais”. Por outro lado, a terceira e quarta teses se referiam ao interesse do capitalismo progressista e das chamadas burguesias nacionais em desenvolver as regiões rurais atrasadas para favorecer o mercado interno, o que implicaria romper com o domínio da oligarquia latifundiária. Baseando-se novamente na situação do Brasil, que acabava de sofrer um golpe que pusera fim a um incipiente processo de desenvolvimento autônomo, ele demonstrou que, por um lado,

exceto raras exceções, não existe em nenhuma parte na América Latina um capitalismo nacional e progressista, nem existem as condições internacionais para que este se desenvolva [já por outro] não existe nenhuma razão estrutural para que a burguesia nacional e a oligarquia latifundiária não se entendam (Stavenhagen, 1965, p. 163).

O autor analisava como nos poucos casos em que houve na América Latina amplas e substanciais reformas agrárias, isso se deveria sempre à eliminação da aristocracia latifundiária por meios revolucionários e por parte do povo, nunca da burguesia. De modo geral, “os interesses agrícolas, financeiros e industriais são conjugados com frequência nos mesmos grupos econômicos, nas mesmas companhias e ainda nas mesmas famílias”. A sua

conclusão foi que na América Latina a burguesia “encontra na oligarquia latifundiária um bom aliado para manter o colonialismo interno, o qual, em última instância, beneficia por igual a essas duas classes sociais”. Era então uma ilusão a perspectiva da CEPAL e dos partidos comunistas da região de criar alianças entre burguesias e classes populares para realizar a revolução nacional anti-imperialista.

Se as burguesias nacionais não podiam ser as promotoras de mudança social, tampouco o era a “classe média nacionalista, progressista, empreendedora e dinâmica”, como dizia a tese 5. Stavenhagen criticou a ambiguidade do próprio conceito de “classe média”, que não passaria de uma ficção estatística, pois “uma classe social não se define pelos artigos que consome, nem o nível de aspirações indica a estrutura das instituições sociais e a qualidade das relações humanas entre os grupos”. Nesse sentido, argumentou que

os setores que integram a ‘classe média’, em seu sentido estrito, os pequenos e médios empresários, os artesãos e profissionais de diversa índole etc. (...) tanto econômica quanto socialmente dependem dos estratos altos, estão politicamente ligados à classe dominante, são conservadores em seus gostos e opiniões, defensores do status quo e só buscam privilégios individuais. (...) Longe de serem nacionalistas, apegam-se a tudo o que é estrangeiro (Stavenhagen, 1965, p. 165).

A crítica à tese seguinte, que postulava que a integração nacional na América Latina era produto de mestiçagem, retomava suas críticas ao indigenismo mexicano. Stavenhagen considerava que, do mesmo modo que no caso da classe média,

a tese da mestiçagem atribui a certos elementos da população (definidos arbitrariamente de acordo com critérios por demais limitados) capacidades ou características que não possuem ou, se as têm, são alheias aos critérios biológicos ou culturais que serviram para defini-los. [A integração nacional e o nascimento da consciência nacional] dependem de fatores estruturais, (...) e não de atributos biológicos ou culturais de certos indivíduos (Stavenhagen, 1965, p. 167).

A sétima e última tese se relacionava com a possibilidade de uma saída revolucionária para o problema da dependência. O autor questionava a ideia de que haveria uma identidade de classe entre operários e camponeses na América Latina. Embora compartilhasse essa esperança desde o ponto de vista do ideal revolucionário, sinalizava também que, na perspectiva do “colonialismo interno”, as estruturas sociais existentes e suas tendências na América Latina não favoreciam de maneira “natural” essa aliança ideal. Isso era evidenciado por razões históricas, como a atuação separada e as vezes contraditória dessas duas classes em contextos como a Revolução Mexicana ou Cubana, ou os governos populistas de Perón e João Goulart na Argentina e Brasil, e por razões estruturais, ao considerar que o

colonialismo interno garantia os baixos preços dos produtos de primeira necessidade para o proletariado urbano. Era preciso, a partir de um ponto de vista teórico, identificar as classes sociais específicas do centro e da periferia, para dar conta dos conflitos entre seus interesses.

Seis anos depois, Stavenhagen retornou sobre algumas dessas questões na obra *Sociología y subdesarrollo* (1971), em particular nos ensaios “*El futuro de América Latina: entre desarrollo y revolución*” e “*Cómo descolonizar las ciencias sociales*”. Nela, sem dúvida o mais “dependentista” dos textos do Stavenhagen, este aprofundou a análise de algumas dinâmicas que o subcontinente latino-americano estava atravessando latino-americano e que teriam enormes implicações nas décadas posteriores. O autor retomava da Teoria Marxista da Dependência (Marini, 1964; Dos Santos, 2011) o conceito de “desenvolvimento dependente”, vigente na região nos anos 1970. Para ele, esse modelo econômico era caracterizado por numerosos limites estruturais: primeiro, apesar do aumento do setor industrial, 90% das exportações dos países latino-americanos eram ainda constituídas por matérias-primas, o que gerava uma deterioração estrutural dos termos de troca. Aliás, as próprias políticas de industrialização substitutiva, que tinham como objetivo corrigir aquilo, em boa medida significavam a substituição de um tipo de produtos de importação (bens manufaturados) por outro (bens capital). Em terceiro lugar, evidenciava o controle crescente das empresas multinacionais de origem norte-americana sobre a maioria dos setores econômicos latino-americanos, orientando seus investimentos não mais apenas aos serviços públicos e aos setores primário-exportadores, mas cada vez mais ao setor manufatureiro. Finalmente, o autor evidenciava os processos de endividamento exterior que começavam a atingir a região e que desembocariam na crise da dívida pública, no *default* mexicano de 1982 e nas políticas de ajuste estrutural promovidas pelos organismos financeiros internacionais.

No livro o autor destacava algumas consequências e processos sociais específicos da realidade latino-americana, como o eterno debate entre reformas e revolução. Evidenciava que existiam pelos menos três tipos diferentes de reforma na América Latina: as “reformas contrarrevolucionárias”, como aquelas promovidas pela Aliança para o Progresso, cujo principal objetivo era de fato prever qualquer mudança mais profunda; as “reformas reformistas”, que são necessárias para promover algumas mudanças importantes, mas que ao não se inserirem dentro de um ajuste mais geral da estrutura social são destinadas a ficar limitadas; e as “reformas revolucionárias”, capazes de modificar os centros nervosos dos sistemas sociais ao estar inseridas em processos mais gerais de mudança. Retomando o

exemplo das reformas agrárias, o autor descreveu como após a incipiente realização de algumas dessas reformas em contextos revolucionários, como no México e na Bolívia, estas tivessem terminado por desenvolver uma função mais conservadora. De fato, ao começo da década de 1970, era evidente que estava em curso na América Latina um processo de transformação da estrutura agrária que se aplicava tanto aos países que tinham realizado reformas agrárias como aqueles onde ainda dominava o latifúndio. Tratava-se de um conjunto de práticas conhecido como Revolução Verde: investimentos produtivos, assistência técnica, mecanização, crédito agrícola, abertura de novas terras ao cultivo por meio de irrigação, progressos técnicos que tendiam a beneficiar ou os grandes latifundiários, alguns dos quais se tornaram mais produtivos, ou, nos países que tinham vivenciado uma reforma agrária, uma nova classe de empresários agrícolas que conseguiram concentrar em suas mãos a maior parte dos recursos. Em todo caso, havia um afastamento do mercado dos pequenos camponeses, cada vez mais condenados a se converterem em agricultores de subsistência, trabalhadores sem terra ou migrantes rurais.

Isso tinha como consequência um processo de rápida urbanização que, ao contrário do que ocorria nos países do Primeiro Mundo, não correspondia a um robusto processo de industrialização. Embora descrevendo essa dinâmica em uma época na qual ainda não tinham se evidenciado os dramáticos processos de desindustrialização e reprimarização produtiva que atravessaram a região Latino-Americana desde sua inserção na globalização neoliberal, Stavenhagen podia notar como ao constante aumento da produção e produtividade industrial na América Latina, que ainda crescia em média 6% ao ano, não se correspondia um aumento do emprego industrial, que permanecia estagnado ou dando seus primeiros sinais de descenso. Isso implicou a inserção subordinada dessa nova população de origem rural dentro do contexto urbano, o que gerou a explosão de formas de urbanização periférica (*favelas*, *barriadas*, *villas miserias*) e de ocupações nos âmbitos mais precarizados e informais do setor terciário: pequeno comércio, trabalho doméstico, reparação, tudo e qualquer tipo de *bico* ou *gambiarra* (para retomar as palavras de Chico de Oliveira, 1973). Uma realidade que a sociologia dependentista daqueles anos começava a definir como massa marginal (Nun, 1969) ou polo marginal (Quijano, 1972). Caracterizada por baixos níveis educacionais e de qualificação profissional, subemprego crônico, limitada participação em processos políticos, grau ínfimo de acesso ao consumo, essa “marginalidade estrutural” não era, para Stavenhagen, uma população externa ao sistema ou à estrutura social, como

tendiam a considerar as abordagens dualistas. Se tratava de grupos sociais que, embora contribuíssem pouco ou nada ao processo de produção, eram indispensáveis para manter os níveis de consumo de burguesia e classe média ao proporcionar todo tipo de serviços pessoais.

A uma distância de mais de 50 anos, podemos dizer que essa “massa marginal” não era destinada a desaparecer de acordo com o desenvolvimento econômico, mas era, como intuiu Stavenhagen (1971, p. 11), “um processo inseparável e até um subproduto do tipo de desenvolvimento latino-americano”, à maneira do próprio colonialismo interno. Desde o final dos anos 1970 as contribuições de Stavenhagen no sentido de uma análise dos modelos do desenvolvimento para as sociedades latino-americanas e na aposta de uma mudança revolucionária terminariam se diluindo na crise dos movimentos populares, no avanço da contrarrevolução capitalista e no declínio que sofreu a Teoria da Dependência. Isso não implicou, todavia, o abandono da ideia de colonialismo interno, que se manteve uma bússola para toda sua atividade em prol da causa dos povos indígenas. É sobre suas contribuições para a questão das relações interétnicas que focaremos agora nossa atenção.

As contribuições de Stavenhagen para os direitos indígenas

Tanto a gravitação no âmbito da “nebulosa” da dependência como suas críticas pioneiras às políticas indigenistas e aos mecanismos de aculturação, ambos elementos unidos pela centralidade da elaboração conceitual do colonialismo interno, fariam facilmente do Stavenhagen um precursor do “Grupo Modernidade-Colonialidade”. Entretanto, os principais autores da crítica decolonial tem tendencialmente ignorado essas contribuições anteriores, talvez com o fim –como argumentam criticamente Makaran e Gaussens (2020) – de fortalecer o caráter de absoluta novidade do próprio conceito de “colonialidade” (Quijano 2000). Todavia, as antecipações por parte de Stavenhagen de parte do vocabulário e da perspectiva teórica decolonial se evidencia também na sua intenção declarada de “descolonizar” as ciências sociais, como argumenta no ensaio de 1971. Nesse texto, ele recupera um tema que tinha se tornado comum entre os antropólogos críticos do indigenismo oficial: as relações estritas do colonialismo e do imperialismo com a antropologia. O autor não nega que exista essa associação, mas considera que seria errado estabelecer essa relação de forma mecânica: se bem as ciências sociais desenvolveram ao

longo da história um papel de apoio da ordem imperialista, é delas também que surgiram “as mais vigorosas críticas aos sistemas coloniais, à dominação imperialista, às estruturas políticas autoritárias e à sociedade burguesa” (Stavenhagen, 1971, p. 40). Para ele, a função opressora ou emancipatória das ciências sociais depende por um lado dos usos que se faz do conhecimento sócio científico, por outro da prática profissional da ciência social aplicada. Em seu entendimento, influenciado pela tradição marxista, a única possível prova para a validade de uma teoria científica está na *práxis*, isto é, na resolução prática e cotidiana dos problemas da vida real. Daí a necessidade de vincular o estudo das classes ou grupos sociais subalternos aos sistemas de dominação e ao mesmo tempo a necessidade das comunidades estudadas pelos cientistas sociais de chegar realmente a conhecer essas pesquisas, para se apropriar através de suas organizações, sindicatos, movimentos sociais, das informações levantadas nelas.

Um exemplo que Stavenhagen usa para criticar uma situação particular de uso do conhecimento científico nos países subdesenvolvidos é a ciência social aplicada ao contexto da ajuda internacional. Sua análise é que na segunda metade do século XX a ajuda técnica internacional teria se convertido em algo semelhante ao que costumava ser a atividade missioneira cristã: “o mesmo fervor apostólico, a mesma justificação moral, a mesma ingenuidade sobre as realidades políticas e econômicas, a mesma subordinação básica e falta de apreciações críticas em relação ao sistema internacional de dominação” (Stavenhagen, 1971, p. 9). Todavia – argumenta o autor – as organizações internacionais não são monólitos, mas, como todas as organizações burocráticas, são monstros com muitas cabeças, ou que deixam margem para certa flexibilidade e liberdade dentro de suas estruturas para o cientista social comprometido e crítico. É a partir dessa análise que podemos ler, em perspectiva, o longo caminho de Stavenhagen dentro de agências internacionais.

A atuação de Stavenhagen nessas instituições começou entre 1969 e 1972, quando atuou como pesquisador do Instituto Internacional de Estudos Trabalhistas da OIT em Genebra, em matéria social e de políticas trabalhistas em África e América Latina. Em 1979 se tornou Diretor Geral Adjunto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cargo que ocupou até 1982. Em 1985, em ocasião do Nono Congresso Indigenista Interamericano, realizado na cidade de Santa Fe, no Novo México, foi expositor e orientador tanto dos debates do próprio evento como do Foro dos Povos Indígenas que se desenvolveu em paralelo (Iturralde, 2017, pp. 22). Mas as três principais

experiências de Stavenhagen nos institutos internacionais foram sua participação no Convênio 169 da OIT de 1989 sobre Povos Indígenas e Tribais, seu papel como Primeiro Relator Especial das Nações Unidas sobre direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas (2001–2008) e sua contribuição para a formulação da Declaração da ONU sobre Direitos e Povos Indígenas.

O Convênio 169 da OIT foi o produto do impulso das correntes anti-indigenistas e dos movimentos indianistas que chegaram a modificar por dentro as estratégias e os enfoques teóricos em relação a questão indígena das principais agências internacionais. Um primeiro passo havia sido a apresentação em 1986 pelo embaixador do Equador na ONU, José R. Martínez Cobo, de um estudo sobre o problema da discriminação contra os povos indígenas, chamado de “Relatório Cobo”. Foi então que a OIT decidiu realizar um processo de revisão da sua postura em relação a questão indígena, que era ainda definida pela Convenção internacional 107 de 1957 sobre a Integração e Proteção dos Povos Indígenas, Tribais e Semi-Tribais em Países Independentes, cujo objetivo central era ainda a proteção dos povos indígenas e sua integração em suas comunidades nacionais, embora reconhecesse também o valor das culturas e formas de organização social e política dos grupos indígenas (Giraud, 2012, p. 50). Em 1985, a OIT decidiu criar um grupo de especialistas para revisar essa Convenção e a tal fim nomeou o próprio Stavenhagen como presidente do grupo. A nova Convenção 169, assinada em 1989, que viu a participação das próprias associações indígenas para sua formulação, substituiu o termo “populações” com “povos”, removeu a referência à “proteção e integração” e reconheceu a opção de preservar os sistemas jurídicos indígenas e as normas consuetudinárias. Em resumo, substituiu um modelo integracionista por outro de tipo multiculturalista. Mais importante ainda, o Convênio reconheceu os direitos dos indígenas à informação prévia e livre e à consulta para o acesso aos recursos nos territórios que eles habitam, um dispositivo jurídico que, embora muitas vezes desconhecido pelas práticas dos governos e das empresas construtoras ou extrativistas, permite ainda hoje às comunidades se oporem, ou limitarem, algumas grandes obras de infraestrutura ou mineração devastadoras do tecido socioambiental.

Entre 2001 e 2008, Stavenhagen desempenhou a função de Primeiro Relator Especial da ONU sobre direitos humanos e indígenas, embora ele mesmo tivesse declarado que teria sido mais justo entregar o cargo a um membro de algum povo originário. Suas funções eram pesquisar as situações de impacto sobre direitos indígenas, realizar inspeções a diferentes

países, recomendações a governos e inspeções sobre o cumprimento dessas recomendações. Durante sua atuação dentro da ONU, ele realizou onze missões oficiais a países da África, Ásia e América documentando as condições estruturais de subordinação dos povos indígenas e a violação de seus direitos coletivos (Sierra, 2017). Stavenhagen contribuiu também à formulação da Declaração sobre Direitos e Povos Indígenas, que após 20 anos de discussão foi finalmente assinada em 2006. Embora não vinculante, esta retomou princípios presentes na Convenção 169 da OIT, aos quais acrescentou o reconhecimento ao direito à autodeterminação e do caráter coletivo dos direitos indígenas, disposições para garantir o direito à terra, ao território e aos recursos naturais, normas sobre autonomia e jurisdição especial e o reconhecimento dos direitos derivados dos tratados históricos (Giraudó, 2012, p. 57).

Nos últimos anos de vida, esse antropólogo e sociólogo incansável ainda produziu um importante acervo de artigos, ensaios, livros, analisando e pesquisando questões como as relações entre etnias, povos, nações e estados no contexto da proliferação de conflitos interétnicos no mundo pós-Guerra Fria, os debates sobre etnocídio e etno-desenvolvimento, a emergência indígena na América Latina, as formas do direito consuetudinário indígena e os processos de constitucionalização de seus usos e costumes.

Considerações finais

Rodolfo Stavenhagen soube, durante sua longa vida, sintonizar-se e responsabilizar-se pelos contextos de injustiça, desigualdade e violação de direitos, adotando o ponto de vista da crítica em relação as estruturas sociais do seu tempo. Crescido em um contexto econômico e intelectualmente privilegiado, mas ao mesmo tempo atingido pelo horror das perseguições nazistas, decidiu colocar-se ao serviço das classes e grupos subalternos de *Nuestamérica* com extraordinário entusiasmo, espírito crítico e sem dogmatismo. Durante as décadas cruciais de 1950 a 1970, seu principal alvo foram as estruturas básicas do capitalismo latino-americano do pós-Segunda Guerra Mundial: o indigenismo, no plano das relações sociais interétnicas; o desenvolvimentismo, no âmbito econômico, e junto com eles o populismo, como principal forma de regulação das relações políticas naquele contexto de transformação e de inserção da América Latina na sociedade de massas. Destas, Stavenhagen contribuiu a visibilizar, de maneira extraordinariamente pioneirista, as

contradições, insuficiências e as aporias. As armas da crítica que esse autor contribuiu para criar foram desenvolvidas em prol de movimentos e tendências emancipatórias da época e por estes aproveitadas. Eis a confiança na revolução socialista e na superação do colonialismo interno e a fé nos levantes indígenas, que ganharia um primeiro plano a partir do fim dos anos 1970.

Nas décadas de 1970 e 80 a maioria dessas apostas emancipatórias foram derrotadas. Dos escombros da tríade indigenismo-desenvolvimentismo-populismo não surgiu o mundo novo do socialismo humanista, no qual Stavenhagen fortemente acreditava, mas sim a época obscura das ditaduras militares e do neoliberalismo, que reproduziram o colonialismo interno e o subdesenvolvimento sob novas bases, reforçadas. Nesse período, a atenção de Stavenhagen se deslocou para a atividade concreta da defesa dos direitos indígenas, com a atuação nos organismos nacionais e internacionais. Suas contribuições, mesmo nesse novo terreno, foram de extrema importância, todavia, pode-se notar ali uma perda de influência, na perspectiva teórica do autor, da análise materialista que tão bem Stavenhagen soube desenvolver em seus escritos pioneiros das décadas anteriores. Quiçá empurrado rumo a um tipo de luta social mais jurídico-institucional devido à objetiva perda de força dos movimentos de emancipação universal nos quais havia acreditado, Stavenhagen prestou menos atenção nos últimos textos do que outros colegas – como por exemplo Diaz-Polanco (2006) – às perigosas contradições que derivaram da substituição do paradigma assimilacionista do indigenismo por outro modelo, de caráter multiculturalista, que resultou ser amplamente subsumido dentro da lógica neoliberal.

60 YEARS SINCE THE "SEVEN THESIS": RODOLFO STAVENHAGEN'S CRITICAL TRAJECTORY

Abstract: 2025 will mark the 60th anniversary of "Siete tesis equivocadas sobre América Latina", by Mexican anthropologist and sociologist Rodolfo Stavenhagen. At the time of its publication, this article had a wide repercussion on a range of debates: from criticism of CEPAL's dualism to critics toward *indigenistas* policies. Born in Frankfurt in 1932 and coming from a Jewish family, Stavenhagen arrived in Mexico at the age of eight, fleeing Nazi persecution. Until his death in 2016, he worked as an intellectual committed to social critic and transformation, especially in favor of the rights of indigenous peoples. Since his master's degree at ENAH University in the 1950s, Stavenhagen developed criticisms of the *indigenista* paradigm of incorporating indigenous people into the Mexican nation, positioning himself as a leading figure in the new generation of radical Mexican anthropologists that would emerge in the following decades. His concept of "internal colonialism", formulated in the 1960s together with his colleague Pablo González Casanova, became an indispensable tool for the analysis of interethnic relations in Latin America. In this article, I intend to present the historical evolution of this author's thinking and his main contributions to Latin American social theory.

Keywords: *Indigenismo*, dualism, indigenous peoples, internal colonialism, human rights.

60 AÑOS DESPUÉS DE LAS "SIETE TESIS": LA TRAYECTORIA CRÍTICA DE RODOLFO STAVENHAGEN

Resumen: En 2025 se cumplirán 60 años de "Siete tesis equivocadas sobre América Latina", del antropólogo y sociólogo mexicano Rodolfo Stavenhagen. En su momento, este artículo tuvo una amplia repercusión en diversos debates: desde la crítica al dualismo de la CEPAL hasta el cuestionamiento de las políticas indigenistas. Nacido en Frankfurt en 1932 en el seno de una familia judía, Stavenhagen llegó a México a los ocho años huyendo de la persecución nazi. Hasta su muerte en 2016, trabajó como intelectual comprometido con la crítica y la transformación social, especialmente a favor de los derechos de los pueblos indígenas. Desde su maestría en la ENAH en los años 50, Stavenhagen criticó el paradigma indigenista de incorporación de los indígenas a la nación mexicana, hasta el punto de convertirse en una figura destacada de la nueva generación de antropólogos mexicanos radicales que surgiría en las décadas siguientes. Su concepto de "colonialismo interno", formulado en los años sesenta junto con su colega Pablo González Casanova, se convirtió en una referencia esencial para analizar las relaciones interétnicas en América Latina. En este artículo pretendo presentar la evolución histórica del pensamiento de este autor y sus principales aportaciones a la teoría social latinoamericana.

Palabras clave: indigenismo, dualismo, indígenas, colonialismo interno, derechos humanos.

Referências

AA.VV. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BAGÚ, Sergio. *Economía de la sociedad colonial. Ensayo de historia comparada de América Latina*. México D.F.: Grijalbo, 1992.

BENGOA, José. *La emergencia indígena en América Latina*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BLANCO, A.; JACKSON, L. **Patrones de carrera de los sociólogos mexicanos, 1951-1970**, 2020.

BONFIL, Guillermo. **México profundo**. México D.F.: Grijalbo, 1987.

CAIO, J. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COLEGIO DE MÉXICO. **Trayectoria intelectual de Rodolfo Stavenhagen**, 2016. In: <https://www.youtube.com/watch?v=2G2794HUbV0>. Acesso em 20 Mai 2024.

DIAZ-POLANCO, Héctor. **Elogio de la diversidad. Globalización, multiculturalismo y etnofagia**. México D.F.: Siglo XXI, 2006.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **La modernidad de lo barroco**. México D.F.: Era, 1998.

FRANK, André G. The Development of Underdevelopment. **Monthly Review**, New York, 1966.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GAMIO, Manuel. **Forjando patria**. Ciudad de México: Librería de Porrúa Hermanos, 1916.

GIRAUDO, Laura. **La questione indígena in América latina**, Roma: Carocci, 2012.

GUILLEN, H. De la orden cepalina del desarrollo al neo estructuralismo en América Latina. **Comercio Exterior**, v. 57, n. 4, abr., 2007.

GONZÁLEZ, Pablo. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. **América Latina**. Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 3, 1963.

ITURRALDE, D. Un largo y fecundo camino con Rodolfo Stavenhagen, maestro generoso, colega ejemplar, amigo entrañable. **Lasa Forum**, v. XLVIII, inv. 2017.

LEWIS, Stephen. **Rethinking Mexican Indigenismo**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2018.

MAKARAN, G.; GAUSSENS, P. **Piel blanca, máscaras negras. Crítica de la razón decolonial**, Ciudad de México: Bajo Tierra, 2020.

MARINI, Ruy M. **Dialéctica de la dependencia**. México D.F.: Era, 1974.

NOVAL, J. El concepto de integración social. **Resumen etnográfico de Guatemala**. Ciudad de Guatemala: Piedra Santa y Pedroni, 1958.

NUN, José. La marginalidad en América Latina, **Revista Latinoamericana de Sociología**, v. 5, n. 2, jul. 1969.

OLIVEIRA, Francisco d. A economia brasileira: crítica à razão dualista, **Estudos Cebrap**, n. 2, 1972.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas, **CEPAL**, Santiago de Chile, 1948.

QUIJANO, A. Polo marginal de la economía y mano de obra marginada. In: ASSIS, D., Aníbal Quijano. **Cuestiones y horizontes**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: Lander, E. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**, Caracas: CLACSO, 2000.

RIBEIRO, D. **Os índios e a Civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno**, São Paulo: Global, 2023.

SIERRA, Maria T. Dr. Rodolfo Stavenhagen (1932–2016), incansable defensor de los derechos humanos de los pueblos indígenas. *Lasa Forum*, v. XLVIII, inv. 2017.

SANTOS, Theotônio d. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Ayacucho, 2011.

SPENGLER, Oswald. **A decadência do Ocidente**. São Paulo: Forense Universitária, 2013[1922].

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificación social y estructura de clase. **Ciencias políticas y sociales**, 1962, pp. 73-102.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Clases, colonialismo y aculturación. Ensayo sobre un sistema de relaciones interétnicas en Mesoamérica. **América Latina**, out.-dez., n. 4, 1963, pp. 49-72.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Siete tesis equivocadas sobre América Latina. **El Día**, 25 e 26 jun. 1965.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Las clases sociales en las sociedades agrarias**, México D.F.: Siglo XXI, 1971.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Los Pueblos Originarios: El debate necesario**. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Sociología y Subdesarrollo**, México D.F.: Nuestro Tiempo, 1971.

VARGAS, Christopher. Kurt Stavenhagen, coleccionista de arte prehispánico. **Revista Intervención**, 9(18), 80-86, 2018.

VALENZUELA, José M. **Rodolfo Stavenhagen. In memoriam, en Investigación y ciencia**. Universidad Autónoma de Aguascalientes, 2017.

VASCONCELOS, José. **La raza cósmica**. Ciudad de México: Espasa, 1925.

WARMAN, A.; NOLASCO, M.; BONFIL, G.; OLIVERA, M.; VALENCIA, E. **De eso que llaman antropología mexicana**. México D.F.: Nuestro Tiempo, 1970.

WRIGHT, Charles. **Remarks on the problem of industrial development**, Seminário Internacional Resistências às Mudanças, Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960.

ZAPATA, F. Rodolfo Stavenhagen, Siete Tesis equivocadas sobre América Latina (1965). In: ILLADES, C.; SUÁREZ, R. **México como problema. Esbozo de una historia intelectual**, México: Siglo XXI Editores, 2012.

SOBRE O AUTOR

Alessandro Peregalli é doutor em Estudios Latino-americanos pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, México); docente da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Recebido em 30/03/2024

Aceito em 17/05/2024